

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS

DADOS DO SOLICITANTE:

Nome: Bruno Fernandes Ramos

Lotado: Seção de Planejamento de Compras

Departamento: Gerência de Compras e Apoio Operacional

DADOS DA ENTIDADE COMPRADORA:

Entidade: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Unidade: Unidades Senac Goiás

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote

Formato: Eletrônico

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, para atendimento das unidades Senac Goiás, pelo período de 12 (doze) meses.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO / ESPECIFICAÇÕES / QUANTITATIVOS

LOTE 1- CEP APARECIDA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
1	CEP Aparecida - Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área interna e externa (m²) Área externa: 2.351,23; Área Interna: 2.776,49 Área de banheiros (m²): 108,12 Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	12	MENSAL
2	Anexo - Laboratório de Alimentos - Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 645,62; Área Interna: 351,02; Área de banheiros (m²): 4,20; Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	12	MENSAL

LOTE 2 - CEP CORA CORALINA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
3	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 905,84; Área Interna: 11.917,70; Área de banheiros (m²): 335,07	4	TRIMESTRAL

	Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.		
--	--	--	--

LOTE 3 - CEP LUZIÂNIA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
4	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 1.340,14; Área Interna: 1.469,81; Área de banheiros (m²): 49,33; Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	4	TRIMESTRAL

LOTE 4 - CEP RIO VERDE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
5	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 637,89; Área Interna: 3.319,37; Área de banheiros (m²): 74,77; Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato	2	SEMESTRAL

LOTE 5 - CEP CALDAS NOVAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
6	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 1.491,30; Área Interna: 3.563,90; Área de banheiros (m²): 108,50; Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	4	TRIMESTRAL

LOTE 6 - CEP QUIRINÓPOLIS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
7	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 1.093,11; Área Interna: 1.346,53; Área de banheiros (m²): 74,31 Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	2	SEMESTRAL

LOTE 7 - CEP JATAÍ			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
8	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 603,00; Área Interna: 1.973,27;	2	SEMESTRAL

	Área de banheiros (m²): 111,34 Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico.		
--	--	--	--

LOTE 8 - CEP MINEIROS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
9	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área externa e interna (m²): Área externa: 1.295,53; Área Interna: 1.801,04; Área de banheiros (m²): 77,24; Tipo de revestimento de piso interno: Revestimento cerâmico/porcelanato.	2	SEMESTRAL

LOTE 9 - SENAC INFINITE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
10	Serviços de dedetização (controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desinfestação, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos, urubus) Área interna (garagens): 5.324,00m² Área interna: 6.576,00m² Área externa: 813,00m²	2	SEMESTRAL

2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

2.1.1. CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS

Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas abrangem um conjunto de ações técnicas destinadas à prevenção, redução e eliminação de organismos que oferecem riscos à saúde humana, à segurança alimentar e ao patrimônio. As atividades são executadas por equipe especializada, utilizando métodos seguros e produtos regulamentados pela Anvisa.

a) Desinsetização: Controle e eliminação de insetos rasteiros e voadores (baratas, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, traças). Utiliza-se pulverização, gel, iscas e nebulização conforme o tipo de infestação.

b) Desinfestação: Procedimentos destinados à remoção e controle de artrópodes e outros organismos que infestam ambientes, aplicando técnicas específicas de acordo com o nível e o tipo de praga identificada.

c) Desratização: Controle de roedores urbanos (ratos, ratazanas, camundongos) por meio de iscas, armadilhas e pontos de monitoramento estrategicamente posicionados, com reposição periódica e avaliação contínua.

d) Descupinização: Tratamento para eliminação de cupins subterrâneos ou de madeira seca, utilizando barreira química, injeção de produto diretamente nas colônias ou aplicação de iscas termiticidas.

e) Desalojamento de Pombos, Morcegos e Urubus: Ações de manejo e afastamento ético e não letal de aves e morcegos, com instalação de barreiras físicas, telas, repelentes e dispositivos que impedem pouso, nidificação e abrigo.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Senac, alinhado à sua missão de educar para o trabalho de forma inovadora, inclusiva e socialmente responsável, compreende que a qualidade do ambiente educacional é tão essencial quanto a excelência dos serviços ofertados.

Para garantir um espaço seguro, saudável e adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais, torna-se indispensável a adoção de medidas preventivas e corretivas de controle de vetores e pragas urbanas. Considerando o elevado fluxo de pessoas nos Centros de Educação Profissional, bem como a necessidade de preservar a integridade física dos usuários e do patrimônio, a contratação de serviços especializados em dedetização e controle de pragas se mostra imprescindível.

Esses serviços possibilitam a eliminação e o monitoramento contínuo de pragas urbanas como baratas, formigas e roedores, prevenindo riscos sanitários, evitando danos estruturais às instalações e assegurando condições plenas de salubridade. Assim, garantimos que os ambientes do Senac permaneçam seguros, higienizados e apropriados para o bom desempenho das atividades educacionais.

Considerando que o CEP Aparecida e o Laboratório de Processamento de Alimentos ocupam o mesmo prédio físico, sendo o laboratório um anexo diretamente integrado à estrutura principal, verifica-se que a contratação do serviço de dedetização de forma separada acarretaria prejuízos operacionais, financeiros e técnicos.

A execução da dedetização em momentos distintos pode gerar sobreposição de áreas tratadas, interrupção desnecessária das atividades e maior exposição a riscos de contaminação cruzada, especialmente considerando que o laboratório lida com processamento de alimentos, exigindo rigor sanitário e controle ambiental contínuo. Além disso, a atuação de empresas diferentes ou em períodos distintos pode comprometer a eficácia do tratamento, uma vez que o controle integrado de pragas depende da uniformidade de procedimentos, produtos aplicados e cronograma de execução.

A adoção do não parcelamento possui fundamentação no Art. 8, §3º da Resolução 1.270/2024 que regulamenta as contratações do Senac.

Art. 8.º É permitido o parcelamento do objeto a fim de ampliar a competitividade, sendo vedado o fracionamento da despesa com a finalidade de descaracterizar a modalidade de licitação pertinente.

§ 3.º O parcelamento do objeto não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

4. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

4.1. O processo de seleção será realizado em lote(S), formados por 10 (dez) itens, conforme tabela constante no tópico 2. deste Termo de Referência, devendo o interessado oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

4.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Instrumento quanto às especificações do objeto.

4.3. Cada serviço do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

4.4. A proposta comercial deve especificar o objeto com as características, quantidades, valores e deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, observados os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Instrumento.

4.5. No(s) preço(s) cotado(s) pelo interessado considerar-se-ão incluídos todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização do objeto, tais como: despesas com mão de obra, administração, leis sociais, encargos de natureza trabalhista, previdenciário, alimentação, hospedagem, transporte de material e de pessoal, equipamentos e materiais, instalação, frete, seguros, embalagens, treinamentos, manuais, garantias (quando aplicável), qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste Termo de Referência, os tributos (impostos, taxas, emolumentos), inclusive o diferencial do ICMS de origem, nos casos de fornecimento de materiais oriundos de outro Estado que não de Goiás, contribuições fiscais e para fiscais, assim como o lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

4.6. As propostas comerciais deverão especificar claramente o prazo de sua validade, não podendo ser inferior a **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de apresentação, sendo considerado este prazo na falta de especificação de outro na proposta.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.1.1. Considerando o ramo da atividade, o alto nível de toxidade dos produtos utilizados, o risco do serviço ao meio - ambiente e às pessoas diretamente afetadas por ele, é de grande relevância a qualificação técnica da empresa para realização de tal serviço. Desta forma, são requisitos da contratação:

a) Cópia do Alvará de Vigilância Sanitária Municipal;

b) Licença Ambiental da licitante no Município de sua sede;

c) Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo conselho profissional competente, na qual(is) conste(m) a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto deste certame;

d) Declaração de Indicação do (s) Responsável (is) Técnico (s) pela execução do serviço, caso a licitante vier a ser declarada vencedora do certame, inscrito respectivamente em seu Conselho de Classe Profissional;

e) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao conselho competente do (s) responsável (is) técnico (s) indicado (s) pela licitante na Declaração de Indicação do Responsável Técnico para a realização do objeto do certame;

1. No caso do responsável técnico ter registro profissional em outro Estado e, conseqüentemente, ser inscrito em conselho de outro estado e a licitante vier a ser declarada vencedora do certame, **caso o conselho competente determine** deverá apresentar, obrigatoriamente até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato, visto junto ao Conselho Estadual.

5.1.2. Declaração de visita (vistoria técnica) fornecida pelo Gerente ou responsável ou a declaração emitida pela empresa licitante, de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

6. VISITA TÉCNICA

6.1. Considerando a importância do conhecimento do local e das condições de instalação da CONTRATANTE, é recomendável a realização de visita técnica, sendo facultativa aos fornecedores interessados, o que não inviabiliza a apresentação de declaração pelas empresas de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Referência, arcando com eventuais prejuízos que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços;

6.2. Aos fornecedores interessados a realização de visita ao local de execução do objeto desta licitação deverá ser nas dependências das Unidades, a ser procedida até o dia imediatamente anterior à data da sessão de abertura do certame, por intermédio de seu representante/responsável, a fim de verificarem as condições para a realização do serviço. As visitas deverão ser precedidas de agendamento junto ao gerente ou responsáveis das Unidades.

a) Lote 1 - CEP Aparecida

Contato: Mayara Ferreira S. de Jesus (mayara.jesus@go.senac.br; duilia.cardoso@go.senac.br) . Telefone: (62) 3524-4500

b) Lote 2 - CEP Cora Coralina

Contato: Karina Fagundes (karina.fagundes@go.senac.br).

c) Lote 3 - CEP Luziânia

Contato: Lygia Pereira Tiagua (lygia.tiagua@go.senac.br). Contato: (61) 3622-1990

d) Lote 4 - CEP Rio Verde

Contato: Célio Martins (celio.martins@go.senac.br / hadamo.ferreira@go.senac.br). Telefone: (64) 3054-9450

e) Lote 5 - CEP Caldas Novas

Contato: Hellen Gomes da Silveira (hellen.gomes@go.senac.br / daianny.cecilia@go.senac.br). Telefone: (64) 3453-1241

f) Lote 6 - CEP Quirinópolis

Contato: Thiago Luciano Dias de Moura (thiago.luciano@go.senac.br; karla.alves@go.senac.br). Telefone: (64) 3651-2533

g) Lote 7 - CEP Jataí

Contato: Josemar Rosa da Silva (josemar.silva@go.senac.br; hildo.ferraz@go.senac.br). Telefone: (64) 3052-7670

h) Lote 8 - CEP Mineiros

Contato: Daniel Parise (daniel.parise@go.senac.br; hildo.ferraz@go.senac.br). Telefone: (64) 3661-5434

i) Lote 9 - Senac Infinito

Contato: Cristiano Soares (flavia.silva@go.senac.br, cristiano.soares@go.senac.br). Contato: (62) 3219-5170

7. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. O Contrato ou instrumento equivalente, terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite previsto no artigo 33 da Resolução de n.º 1593/2024 SESC e Resolução n.º 1.270/2024 SENAC, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

7.1.1. O objeto tenha sido prestado regularmente;

7.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na execução do objeto;

7.1.3. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;

7.1.4. Os preços contratados permaneçam compatíveis com a prática de mercado;

7.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições de qualificação e não esteja cumprindo penalidade que o impeça de formalizar e prorrogar Contrato com o SESC Goiás e SENAC Goiás.

7.1.6. Exista dotação orçamentária;

7.1.7. Exista previsão no Contrato acerca da prorrogação.

7.2. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos de execução de serviços:

7.2.1. Início da execução do serviço:

7.2.1.1. O serviço deverá ser realizado em até 7 (sete) dias úteis, após a emissão da Ordem de Compra.

7.3. Os serviços deverão ser prestados por pessoal devidamente uniformizados e identificados.

7.4. Na hipótese de fato superveniente que justifique eventual prorrogação do prazo de execução, a solicitação de prorrogação deve ocorrer durante o transcurso do prazo e termo aditivo deve ser formalizado, a fim de garantir a conclusão do objeto, seu recebimento e respectivo pagamento dentro da vigência contratual.

7.5. Caso o serviço solicitado seja prestado de forma inadequada, caberá ao fiscal da contratação ou funcionário por ele designado, informar a empresa contratada e o serviço deverá ser refeito sem ônus adicional em até 24 (vinte e quatro) horas após a notificação de desacordo.

7.6. Quanto ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas:

7.6.1. A empresa deverá pulverizar, (Se aplicável) todos os focos primários com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais.

7.6.2. A prestadora de serviços deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 03 (três) meses após a última aplicação.

7.6.3. Deverão ser aplicadas dentro do período de garantia, medidas corretivas quando forem necessárias para corrigir o retorno ou novas infestações.

7.6.4. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao Senac.

7.6.5. A empresa prestadora de serviços se obrigará a prestar pronto atendimento às solicitações do Gestor do Contrato no prazo de 24 horas após solicitação, com vistas a eliminar existência de insetos, baratas, ratos etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações.

7.7. É imprescindível que a coleta e o descarte dos resíduos seja realizada de forma segura e em conformidade com as normas ambientais que estabelece diretrizes para o descarte de resíduos sólidos.

7.7.1. A empresa prestadora de serviços se obrigará a prestar pronto atendimento às solicitações do Gestor do Contrato no prazo de 24 horas após solicitação, quando for identificado pelo fiscal constatar que a execução dos serviços contratados estiverem inadequados.

7.8. Os profissionais que prestarão o serviço deverão utilizar obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, como máscaras, luvas e botas, para garantir a segurança dos profissionais e evitar acidentes.

7.9. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela prestadora de serviços;

8. LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FATURAMENTO

8.1. Lote 1 - CEP Aparecida de Goiânia - CNPJ: 03.608.475/0017-10

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio - SENAC

Endereço: Avenida Maria Cardoso, S/N QD 29, LT 6/9 e 19/22 – Jardim Luz, Aparecida de Goiânia/ GO,

CEP: 74.915-175. Telefone: (62) 3524-4500

8.2. Lote 2 - CEP Cora Coralina - CNPJ: 03.608.475/0002-34

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Avenida Independência, nº 1002, quadra 942, lote 26/32, Setor Leste Vila nova, Goiânia – GO. CEP: 74.645-010.

Telefone: (62) 9998-7282 / (62) 98211-9617

8.3. Lote 3 - CEP Luziânia - CNPJ: 03.608.475/0006-68

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Av. Santa Maria esquina c/ Alameda do Teatro. S/n. Quadra Área Especial NM. St. Aeroporto, Luziânia - GO, CEP: 72.801-020

Telefone: (61) 3622-1990

8.4. Lote 4 - CEP Rio Verde - CNPJ: 03.608.475/0011-25

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Rio Verde

Endereço: Rua Ilídio Leão, Qd. 17 Parte B, nº 154. Vitória Régia. Rio Verde. Goiás. CEP: 75.908-793. Telefone: (64) 3054-9450.

8.5. Lote 5 - CEP Caldas Novas - CNPJ: 03.608.475/0018-00

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Caldas Novas

Endereço: Av. Tiradentes, nº 98. Lt. SR8D. Estância Itanhangá, Caldas Novas – Goiás. CEP: 75.680-350.
Telefone: (64) 3453-1241

8.6. Lote 6 - CEP Quirinópolis - CNPJ: 03.608.475/0012-06

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio - SENAC

Endereço: V Leocádio de Souza Reis, Nº 76, Qd. 24 Lt. 15/16. Onício Resende. Quirinópolis Goiás. CEP: 75.860-000

Telefone: 64 3651-2533

8.7. Lote 7 - CEP Jataí - CNPJ: 03.608.475/0008-20

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Rua Itarumã esq. com rua Santos Dumont. nº 1394, Qd. 01 Lote área. Setor Oeste. Jataí - Goiás. . CEP: 75.804-076.

Telefone: (64) 3052-7670

8.8. Lote 8 - CEP Mineiros - CNPJ: 03.608.475/0007-49

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Praça Cel. Manoel Francisco Vilela, esq. c/ Rua 14 S/N – Centro, Mineiros - Goiás. CEP: 75.830-002. Telefone: (64) 3661-5434

8.9. Lote 9 - Senac Infinite - CNPJ: 03.608.475/0024-40

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Av. Caiapó, nº 909. Qd. 89 Lt. 41E. Santa Genoveva, Goiânia - GO, 74.672-400. Telefone: (62) 3219-5170

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
Contratação de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, para atendimento das unidades Senac Goiás, pelo período de 12 (doze) meses	Parcelado	Mediante a apresentação de NF e execução do serviço e devido ateste do fiscal

9.2. Os pagamentos estarão condicionados à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidades com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelo fiscal formalmente designado.

9.2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias subsequentes à entrega da Nota Fiscal/Fatura, desde que os serviços tenham sido conferidos e aceitos pela CONTRATANTE nos prazos, definidos em Edital e/ou Contrato ou instrumento equivalente.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da documentação que consta no edital, nada obstando que a própria entidade constate a regularidade da Contratada por intermédio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais pertinentes.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

9.5.1. não prestou os serviços nas especificações contratadas de acordo com as exigências contidas neste Instrumento;

9.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.6. Constatando-se a situação de irregularidade na documentação fiscal da CONTRATADA será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.7. A não regularização das condições de qualificação no prazo estipulado ensejará a aplicação de penalidades e, conforme o caso, a rescisão contratual, após regular processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, cabendo a CONTRATANTE o pagamento pelo objeto regularmente executado.

9.8. O pagamento será efetuado através de Crédito em Conta ou Boleto Bancário, observando os prazos e condições estipulados neste Instrumento;

9.8.1. No caso de pagamento através de crédito em conta, a conta indicada deve ser de titularidade da CONTRATADA e será incluída no cadastro de fornecedores, não sendo efetuado o pagamento através de crédito em conta de terceiros;

9.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX (percentual de Taxa Anual) = 6%

10. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - 10.6.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do Contrato ou instrumento equivalente.
- 10.8. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, Contrato ou instrumento equivalente e aditamentos, técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. A autoridade competente designará representantes para as funções de gestor e fiscal de Contrato.
- 10.12. Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas neste Instrumento;
- 10.13. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 10.14. Proporcionar as facilidades que considerar indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso, se necessário, de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas suas dependências;
- 10.15. Suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- 10.16. Cumprir as orientações técnicas expedidas pela CONTRATADA eximindo-a de responsabilidades no caso de não autorizar a realização de quaisquer serviços por ela recomendadas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o objeto conforme especificações deste Instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Instrumento e em sua proposta.
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no chamamento público, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.4. Manter durante toda a execução do Contrato ou instrumento equivalente as condições de qualificação e adotar as medidas necessárias para a regularização de eventuais pendências nesta documentação.
- 11.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato ou instrumento equivalente, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na prestação de eventuais serviços.
- 11.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 11.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato ou instrumento equivalente.
- 11.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Instrumento, no prazo determinado.
- 11.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.12. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto da contratação.
- 11.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente.
- 11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.
- 11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 11.17. Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.18. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

11.19. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato ou instrumento equivalente.

11.20. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados para a execução do serviço.

11.21. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Instrumento.

11.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

11.23. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.24. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.25. Cumprir as regras, prazos, horários e locais de execução.

11.26. Caso não seja possível a executar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 4 (quatro) dias de antecedência, dentro do prazo de execução, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.27. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.28. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11.29. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á pela apresentação de cópia dos seguintes documentos:

- a) Empregado - Carteira profissional - CTPS (dados de identificação e período de registro) ou ficha de registro;
- b) Prestador de Serviço - Contrato de prestação de serviços, com firma reconhecida das partes;
- c) Sócio - Contrato social e alterações ou ata (s) de assembleia (s)
- d) Diretor - Cópia do Estatuto social da Licitante e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

11.30. A empresa Contratada deverá estar de acordo com o cumprimento das legislações do Ministério da Saúde, ANVISA e das normas de biossegurança vigentes.

11.31. Na execução do contrato:

11.31.1. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas devidamente registrado e habilitado pelo respectivo conselho profissional.

11.31.2. Atender os normativos vigentes correlatos ao serviço pretendido, destacando-se a Resolução ANVISA referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

11.31.3. Apresentar relação dos produtos utilizados na execução dos serviços com a comprovação de seu registro na ANVISA

11.31.4. Após a realização dos serviços, a contratada deverá emitir laudo técnico ou comprovante de execução de serviço e certificado de garantia, atendendo as normas e exigências da vigilância sanitária; contendo as seguintes informações: nome do contratante, pragas alvas, grupo químico dos produtos utilizados, nome e concentração de uso dos princípios ativos e quantidade dos produtos aplicados nas áreas, nome e número de registro do responsável técnico da contratada.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A contratada não poderá transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo 12 (doze) meses, sendo que dentro do prazo de vigência do Contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6. Conforme previsto no art. 43, do Regulamento, o reajuste previsto em contrato poderá ser formalizado por apostilamento ou aditivo, sendo possível a negociação entre as partes quanto ao percentual a ser aplicado, mediante expressa concordância da contratada com a respectiva carta de anuência.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inadimplemento total, parcial, sem motivo de força maior, a licitante estará sujeita, no que couber, e garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

14.1.1. Por atraso injustificado:

- a) Advertência;
- b) Multa; e
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

14.1.2. Por inexecução total ou parcial do objeto:

- a) Advertência;
- b) Multa; e
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

14.2. Para fins de dosimetria da penalidade, serão aplicados os seguintes parâmetros:

14.2.1. FALTAS LEVES: na hipótese de inadimplemento parcial de obrigações de pequena monta, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da contratante e a despeito das quais a regular prestação dos serviços não reste inviabilizada;

14.2.2. FALTAS MÉDIAS: caracterizadas pela inexecução parcial do Contrato ou instrumento equivalente que, embora não inviabilizem a execução do objeto, acarretam prejuízos à contratante.

14.2.3. FALTAS GRAVES: caracterizadas pela inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos aos serviços da contratante, inviabilizando total ou parcialmente a execução do Contrato ou instrumento equivalente, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA;

14.2.4. FALTAS GRAVÍSSIMAS: caracterizadas por inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos relevantes aos serviços da contratante, podendo levar, inclusive, a interrupção de serviços essenciais, causar dano ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, lesão corporal, ou mesmo gerar dano reputacional à imagem da contratante, inviabilizando a execução do Contrato ou instrumento equivalente, em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.

14.3. De acordo com os conceitos apresentados nos itens 14.2.1 a 14.2.4, será utilizada a seguinte escala:

FALTA	GRAU
LEVE	1
MÉDIA	2
GRAVE	3
GRAVÍSSIMA	4

14.4. A dosimetria da penalidade será realizada conforme pontuação obtida pela empresa em virtude do número de ocorrências identificadas durante a fiscalização contratual, considerando-se as obrigações previstas neste Instrumento e a tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	GRAU
1. Atraso injustificado na realização dos serviços programados, sem prejuízo crítico às operações.	2
2. Não conformidade técnica na execução dos tratamentos químicos e operacionais.	2
3. Descumprimento das obrigações relacionadas à segurança, EPI, manuseio e registro dos produtos químicos.	4
4. Recusa em refazer aplicações quando houver reincidência de pragas dentro do prazo de garantia.	3
5. Inexecução contratual que gere dano reputacional à imagem do SENAC.	4
6. Descumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho (NRs) aplicáveis durante a execução dos serviços, colocando em risco a integridade física de trabalhadores e terceiros.	4
7. Deixar de cumprir quaisquer dos tópicos deste Termo de Referência não previstos nesta tabela de ocorrências após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	4

14.5. O percentual de multa compensatória será aplicado de acordo com a tabela abaixo, respeitado o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato ou instrumento equivalente:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	3% (três por cento)
2	5% (cinco por cento)
3	10% (dez por cento)
4	15% (quinze por cento)

14.6. As multas estabelecidas nesta cláusula são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regeram a contratação, mas somente serão definitivas depois de esaurido o processo administrativo.

14.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional à parcela que deixou de ser executado.

14.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado poderá a empresa ser penalizada com sanção mais grave.

14.9. A suspensão do direito de licitar e contratar será aplicada quando:

- a) a inexecução contratual acarretou dano reputacional à CONTRATANTE;
- b) a inexecução contratual acarretou a paralisação de serviços essenciais;
- c) houve reincidência na inexecução contratual, mesmo após reiteradas notificações enviadas pelo fiscal do Contrato sem que a empresa tenha envidado esforços para regularizar as falhas; ou

d) demais casos apurados em processo administrativo.

14.10. O prazo da suspensão do direito de licitar e contratar será definido em processo administrativo, a partir dos seguintes parâmetros:

14.10.1. 03 (três) anos, para a situação descrita no item **14.9**, “a”, “b” e “c”;

14.10.2. 01 (um) ano, para os demais casos, sempre que não houver justificativa para o agravamento da penalidade.

14.11. Caso a inexecução contratual se enquadre em mais de uma hipótese prevista no tópico **14.9** deverá ser aplicado o maior prazo, de acordo com os parâmetros definidos no tópico **14.10**, salvo se as situações atenuantes justificarem prazo menor.

14.12. Estará sujeita à penalidade de Impedimento do Direito de Licitar pelo prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos, com abrangência nacional, a licitante que incorrer em alguma das hipóteses a seguir:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a contratante;

e) a reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

14.14. Só serão considerados motivos de força maior, para fins de isenção das penalidades previstas neste instrumento, todo fato ou circunstâncias imprevisíveis, impossíveis de serem evitadas, que impeçam real e diretamente o cumprimento das obrigações contratuais, como definido no Código Civil Brasileiro.

14.15. Fica facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

14.16. Em caso de aplicação da penalidade de multa, quando transcorridos os prazos estabelecidos para defesa e para pagamento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de reter e/ou descontar o valor da penalidade dos créditos que a CONTRATADA eventualmente tenha a seu favor, sem prejuízo da proposição de medidas judiciais e ou extrajudiciais cabíveis.

14.17. Na hipótese de recusa injustificada em assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, a empresa estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado no Contrato ou instrumento equivalente, podendo culminar com a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Sesc e Senac Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos, bem como com a perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades, conforme expressa disposição do inciso II do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos, a depender dos prejuízos acarretados.

14.18. Na hipótese prevista no item acima, a contratante poderá convocar os demais participantes, respeitada a ordem de classificação.

14.19. O prazo de convocação para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DA CONFIDENCIALIDADE

15.1. A CONTRATADA reconhece que, durante a execução do objeto contratual, poderá ter acesso, ainda que de forma indireta ou não intencional, a informações confidenciais e dados pessoais.

15.2. A CONTRATADA compromete-se a manter total confidencialidade em relação às informações confidenciais e aos dados pessoais acessados, comprometendo-se a não divulgá-los, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por qualquer meio, transferir, armazenar em nuvem ou dispositivos removíveis, enviar por e-mail ou distribuí-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE. Também se obriga a não utilizá-los para benefício próprio ou de terceiros, ou para qualquer finalidade ou atividade diversa da execução do objeto contratual.

15.3. Para fins deste Instrumento, consideram-se informações confidenciais quaisquer dados, informações técnicas, negociais ou conhecimentos relacionados ao negócio, produtos, serviços, sistemas, hardware, software, desenvolvimento, bases de dados, listas de clientes e fornecedores, relatórios, processos, técnicas administrativas, especificações, projetos, aquisições, contabilidade, marketing, correspondências, e-mails, entre outros, obtidos em razão do serviço prestado, independentemente da forma de apresentação (escrita, digital, oral ou visual).

15.4. Para os fins deste Instrumento, consideram-se dados pessoais quaisquer informações relacionadas a uma pessoa natural que permitam identificá-la ou torná-la identificável, como nome completo, RG, CPF, e-mail, data de nascimento, endereço, telefone, fotografia, dados de saúde, e outros dados eventualmente acessados ou coletados durante a execução do objeto contratual.

15.5. A CONTRATADA está ciente de que é expressamente proibido utilizar informações confidenciais ou dados pessoais obtidos no curso da execução do objeto contratual para qualquer finalidade não autorizada pela CONTRATANTE.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a preservar a confidencialidade das informações e a proteção dos dados pessoais eventualmente armazenados em decorrência da execução do objeto contratual para a CONTRATANTE, garantindo que sejam mantidos em local seguro e acessíveis exclusivamente por pessoas devidamente autorizadas.

15.7. Caso ocorra qualquer falha na manutenção do sigilo, a CONTRATADA compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE, reconhecendo que a comunicação não exclui sua responsabilidade pelos danos decorrentes.

15.8. A CONTRATADA compromete-se a devolver e/ou eliminar todos as informações e dados pessoais tratados, nos seguintes casos:

i. Por solicitação da CONTRATANTE;

ii. Em caso de rescisão contratual;

iii. Com o término da vigência do contrato, salvo obrigação legal que justifique sua manutenção.

15.9. Em caso de violação das obrigações previstas nesta Cláusula, a CONTRATADA será responsável por ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, incluindo danos materiais e imateriais decorrentes do descumprimento, bem como por ações de terceiros que resultem de seu ato ou omissão.

15.10. A CONTRATADA reconhece que será solidariamente responsável por eventuais multas impostas por autoridades competentes, indenizações individuais ou coletivas ajuizadas por titulares de dados, além de ser obrigada a reparar perdas e danos adicionais, sejam eles materiais, morais ou reputacionais.

15.11. Esta Cláusula de Confidencialidade possui caráter irrevogável e irretratável, sendo válida a partir da assinatura do Contrato e permanecendo em vigor por um período de 10 (dez) anos após o término da relação contratual e a devolução integral de quaisquer informações e dados pessoais armazenados pela CONTRATADA.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As Partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento exclusivamente para as finalidades nele previstas, em estrita conformidade com as condições pactuadas, respeitando integralmente a legislação vigente aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.2. As Partes obrigam-se a se adequar a quaisquer alterações legislativas que impactem a estrutura do contrato ou a execução de suas atividades, garantindo a continuidade do cumprimento das normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

16.3. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o tratamento de seus dados pessoais fornecidos em decorrência deste Instrumento, permitindo sua coleta, conservação, utilização e, quando necessário, transferência às empresas do SISTEMA FECOMÉRCIO, exclusivamente para o cumprimento das atividades contratuais, obrigações legais e regulatórias.

16.4. A CONTRATADA assegurará que os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento e seus aditivos não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE.

16.5. Caso a CONTRATANTE autorize o compartilhamento de dados pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste Instrumento. Não obstante, a CONTRATADA será responsável por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivesse realizado.

16.6. Durante a vigência do contrato e após seu término, pelo prazo legal necessário ao exercício regular de direitos, a CONTRATADA compromete-se a assegurar, no tratamento de dados pessoais, os seguintes princípios:

- i. Boa-fé na coleta e utilização dos dados;
- ii. Finalidade legítima, específica e informada, com tratamento compatível com o propósito estabelecido;
- iii. Minimização, limitando a coleta ao estritamente necessário;
- iv. Livre acesso aos titulares, com consulta facilitada e gratuita sobre os dados tratados;
- v. Garantia da qualidade, com dados atualizados e exatos;
- vi. Transparência, com informações claras e acessíveis aos titulares;
- vii. Segurança, mediante a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;
- viii. Prevenção de danos aos titulares;
- ix. Não discriminação em decorrência de tratamento indevido;
- x. Accountability (prestação de contas) sobre as práticas de proteção de dados.

16.7. A CONTRATADA deve, mediante solicitação da CONTRATANTE, realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados tratados, conforme disposto na LGPD.

16.8. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE imediatamente por meio do Encarregado de Proteção de Dados sobre qualquer solicitação, reclamação ou notificação administrativa, judicial ou do próprio titular relacionada ao tratamento de dados pessoais decorrente do contrato.

16.9. A CONTRATADA deverá:

- i. Manter registros atualizados das operações de tratamento de dados realizadas;
- ii. Adotar medidas técnicas e administrativas eficazes para evitar destruição, perda, alteração, acesso não autorizado ou tratamento inadequado de dados pessoais;
- iii. Assegurar a segurança das informações tratadas.

16.10. Em caso de incidentes de segurança (perda, alteração, deleção ou divulgação indesejada ou não autorizada) ou descumprimento das obrigações contratuais ou legais, a CONTRATADA deverá:

- i. Notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas por meio do Encarregado de Proteção de Dados;
- ii. Fornecendo informações detalhadas sobre o ocorrido, se possível, contendo no mínimo: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente); (v) identidade específica de cada um dos titulares afetados; (vi) dados de contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados da CONTRATADA, ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vii) descrição das possíveis consequências do evento; e (viii) as medidas adotadas para mitigação dos danos.
- iii. Auxiliar a CONTRATANTE no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas relacionadas à proteção de dados, implementando ações necessárias para resolver incidentes e minimizar riscos;
- iv. Manter sigilo e não divulgar qualquer informação sobre eventual incidente de segurança;
- v. A CONTRATANTE avaliará o incidente e notificará a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares, quando entender necessário;
- vi. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer sanções e indenizações decorrentes de incidentes causados em razão de sua única e exclusiva conduta, restando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial, caso a CONTRATANTE venha a arcar com quaisquer danos.

16.11. A CONTRATANTE tem o direito de acompanhar, monitorar e auditar as atividades da CONTRATADA relacionadas à proteção de dados pessoais, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

16.12. Na hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades quando da condução das auditorias, deverá a CONTRATADA providenciar a imediata remediação, comprovando à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, as medidas mitigadoras adotadas.

16.13. A propriedade dos dados pessoais tratados no âmbito do contrato permanecerá exclusivamente da CONTRATANTE, seus empregados, clientes, fornecedores ou parceiros, não transferindo qualquer titularidade à CONTRATADA.

16.14. O descumprimento de obrigações legais ou contratuais pela CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados, gerará sua responsabilidade exclusiva, ficando isenta a outra parte de quaisquer consequências legais decorrentes.

16.15. A CONTRATANTE reserva-se o direito de regresso contra a CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos decorrentes de violações às obrigações assumidas nesta cláusula.

17. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA reconhece e declara estar plenamente ciente das normas legais relativas à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em conformidade com a legislação brasileira aplicável, especialmente o Código Penal, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a Lei nº 12.683/2012 (Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro). Compromete-se a cumpri-las rigorosamente, abrangendo seus sócios, administradores, colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, de forma direta ou indireta.

17.2. No cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a: (i) Conduzir suas atividades e práticas comerciais com ética, integridade e total observância à legislação vigente; (ii) Adotar as melhores práticas de monitoramento e controle com o intuito de prevenir atos de corrupção, fraudes, ilícitos ou lavagem de dinheiro praticados por seus representantes ou terceiros contratados.

17.3. A CONTRATADA compromete-se a adotar, na medida de sua estrutura e capacidades, práticas e medidas adequadas para a prevenção de atos ilícitos e para o cumprimento da legislação aplicável.

17.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, periodicamente, realizar auditorias nos processos e registros da CONTRATADA relacionados a este Termo de Referência, a fim de verificar o cumprimento das disposições éticas e anticorrupção.

17.4.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE amplo e irrestrito acesso às informações e documentos necessários para tais verificações.

17.5. A CONTRATADA compromete-se a informar de imediato à CONTRATANTE qualquer situação que caracterize, ou possa caracterizar, conflito de interesses, prática de corrupção, fraude ou outra irregularidade relacionada ao Termo de Referência.

17.6. No caso de vir a ser denunciada ou investigada por condutas contrárias à ética ou integridade empresarial, a CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência prontamente à CONTRATANTE e colaborar integralmente com as investigações cabíveis.

17.7 A CONTRATANTE coloca à disposição canais de denúncia seguros e confidenciais, que deverão ser utilizados pela CONTRATADA sempre que houver necessidade.

17.8. O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do contrato, a exclusivo critério da CONTRATANTE, sem necessidade de aviso prévio ou outra formalidade.

18. INDICAÇÃO DO FISCAL, SUPLENTE E GESTOR DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Sugere-se a designação como **FISCAL, SUPLENTE e GESTOR** de contrato ou instrumento equivalente o colaborador abaixo indicado:

a) LOTE 1 - CEP APARECIDA DE GOIÂNIA

GESTOR: Duília Cardoso

Gerente de Unidade Educacional

Matrícula: 5982 CPF: xxx.xxx.xxx-34

FISCAL: Mayara Ferreira Santos de Jesus

Supervisora Operacional

Matrícula: 5671 CPF: xxx.xxx.xxx-61

SUPLENTE: Fellipe R. Rodrigues

Auxiliar Administrativo

Matrícula: 5687 CPF: xxx.xxx.xxx-30

b) LOTE 2 - CEP CORA CORALINA

GESTOR: Karina Fagundes Barbara

Cargo: Gerente de Unidade Educacional

Matrícula: 3180 CPF: xxx.xxx.xxx-53

FISCAL: Maria José Galvão Cavalcante Santiago

Assistente Administrativo

Matrícula: 6035 CPF: xxx.xxx.xxx-00

SUPLENTE: Antônio Carlos da Costa

Assistente Administrativo

Matrícula: 5811 CPF: xxx.xxx.xxx-53

c) LOTE 3 - CEP LUZIÂNIA

GESTOR: Marcus Vinicius P. Farias

Gerente de Unidade Educacional

Matrícula: 6929 CPF: xxx.xxx.xxx-00

FISCAL: Lygia Pereira Tiagua

Assistente Administrativo

Matrícula: 6048 CPF: xxx.xxx.xxx-84

SUPLENTE : Elaine de Jesus P. da Silva

Supervisora Operacional

Matrícula: 5638 CPF: xxx.xxx.xxx-15

d) LOTE 4 - CEP RIO VERDE

GESTOR: Hadamo F. De Souza

Gerente de Unidade Educacional

Matrícula: 2177 CPF: 028.250.181-98

FISCAL: Célio Martins

Supervisor Operacional
Matrícula: 0036 CPF: xxx.xxx.xxx-97

SUPLENTE: Lucas F. Siqueira de Souza
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 6948 CPF: xxx.xxx.xxx-90

e) **LOTE 5 - CEP CALDAS NOVAS**
GESTOR: Daianny Cecilia Cruz Damacena
Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 3122 CPF: xxx.xxx.xxx-38

FISCAL: Hellen Gomes da Silveira
Supervisora Operacional
Matrícula: 6777 CPF: xxx.xxx.xxx-12

SUPLENTE: Yula Vinhal dos S. Terlone
Secretaria de Curso
Matrícula: 4079 CPF: xxx.xxx.xxx-91

f) **LOTE 6 - CEP QUIRINÓPOLIS**
GESTOR: Karla Alves de Moraes
Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 0811 CPF: xxx.xxx.xxx-72

FISCAL: Thiago Luciano Dias de Moura
Supervisor Operacional
Matrícula: 4153 CPF: xxx.xxx.xxx-34

SUPLENTE: Fernanda de O. Silva Rabelo
Assistente Administrativo
Matrícula: 5731 CPF: xxx.xxx.xxx-54

g) **LOTE 7 - CEP JATAÍ**
GESTOR: Hildo Jose Da S. Ferraz
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 6396 CPF: xxx.xxx.xxx-00

FISCAL: Josemar Rosa da Silva
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula: 4493 CPF: xxx.xxx.xxx-75

SUPLENTE: Isaque Nery de Jesus
Assistente Administrativo
Matrícula: 6405 CPF: xxx.xxx.xxx-54

h) **LOTE 8 - CEP MINEIROS**
GESTOR: Hildo Jose Da S. Ferraz
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 6396 CPF: xxx.xxx.xxx-00

FISCAL: Daniel Parise
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula 4422 CPF: xxx.xxx.xxx-00

SUPLENTE: Sinthya Silva Souza
Assistente Administrativo
Matrícula 6096 CPF: xxx.xxx.xxx-40

i) **LOTE 9 - SENAC INFINITE**
GESTOR: Cristiano Soares de Souza

Cargo: Gerente de Unidade Educacional

Matrícula: 2882 CPF: xxx.xxx.xxx-03

FISCAL: Flávia Thais Côrtes da Silva

Cargo: Analista Financeiro

Matrícula: 5577 CPF: xxx.xxx.xxx-80

SUPLENTE: Fernando Barsi Modesto

Supervisor Operacional

Matrícula: 5474 CPF: xxx.xxx.xxx-24

Goiânia, 30 de abril de 2026.

ELABORADOR POR:

Ana Paula Barbosa Paiva

Analista de Mercado da Seção de Planejamento de Compras

CPF: xxx.xxx.xxx-97 | Matrícula: 6910

APROVADO POR

Hugo Murillo Martins Pereira

Supervisor da Seção de Planejamento de Compras

CPF: xxx.xxx.xxx-57 | Matrícula: 5428

Bruno Fernandes Ramos

Coordenador da Seção de Planejamento de Compras

CPF: xxx.xxx.xxx-40 | Matrícula: 10582



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA BARBOSA PAIVA, Administrativo**, em 30/04/2026, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Fernandes Ramos, Coordenador(a) de Seção**, em 30/04/2026, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Murillo Martins Pereira, Supervisor(a) de Seção**, em 30/04/2026, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0497218** e o código CRC **BA03EBDB**.